

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Andreia Domingues Pereira

**O PAPEL DE VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E DA
COMUNICAÇÃO ENTRE MÃES E FILHOS NAS
PERCEÇÕES DA COPARENTALIDADE EM FAMÍLIAS COM
FILHOS ADOLESCENTES**

VOLUME 1

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde,
subespecialização Psicoterapia Sistémica e Familiar orientada pela Professora
Doutora Madalena de Carvalho e apresentada à Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.**

Julho de 2020

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra

O PAPEL DE VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E DA
COMUNICAÇÃO ENTRE MÃES E FILHOS NAS PERCEÇÕES DA
COPARENTALIDADE EM FAMÍLIAS COM FILHOS
ADOLESCENTES

Andreia Domingues Pereira

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialização
Psicoterapia Sistémica e Familiar orientada pela Professora Doutora Madalena de Carvalho e
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Julho de 2020

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Madalena de Carvalho, por toda a ajuda, pela dedicação, disponibilidade e paciência. Um obrigada por não ter desistido de mim!

Ao professor Bruno de Sousa por todos os ensinamentos, por toda a ajuda e disponibilidade.

Às minhas companheiras de tese, Tatiana e Daniela, pelo apoio, pela paciência e pela partilha de emoções. O vosso apoio foi muito importante nesta fase.

Às minhas companheiras de curso e de coração, Andreia Sofia, Bruna Veloso, Inês Mimoso e Sofia Salgueiro, pela amizade ao longo destes anos, por contribuírem para que Coimbra fosse de facto especial. Obrigada por tudo!

Às minhas meninas especiais. Um enorme agradecimento à minha Diana que me acompanha desde sempre e que me apoia em todos os momentos importantes. Obrigada pela amizade, apoio, paciência e toda a motivação para concluir esta etapa. À minha Sofia, a melhor surpresa de Coimbra, a melhor companheira de curso, de casa e de vida. Obrigada por toda a força, pelo constante apoio e motivação e por não nunca me teres deixado desistir. Adoro-vos!

Por fim, a toda a minha família pelo apoio e por acreditarem em mim. O meu maior agradecimento à minha maezita, ao meu irmão e à Catarina por todo o amor e carinho, por me apoiarem em todos os momentos e principalmente, por toda a paciência nesta última fase. Sem vocês nada disto seria possível! Estarei eternamente grata!

Ao meu pai...sei que estás orgulhoso!

Muito obrigada!

Resumo

A coparentalidade e a comunicação parento-filial têm-se revelado fundamentais no que concerne ao desenvolvimento familiar, desenvolvimento dos filhos, bem como ao nível do exercício da parentalidade. Na presente investigação o principal objetivo é conhecer as potencialidades e dificuldades das atuais relações de coparentalidade na família contemporânea, analisando a influência de variáveis sociodemográficas e familiares e da comunicação parento-filial e o seu eventual efeito preditor da coparentalidade. O estudo empírico contou com a participação de 105 mães portuguesas com filhos adolescentes. Para a realização do presente estudo foram utilizados três instrumentos que constituíram o protocolo inicial: um questionário sociodemográfico, de dados familiares e complementares, o Questionário de Coparentalidade e a Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade – versão para pais. Neste sentido, de modo a sistematizar a nossa questão de investigação, foi construído um mapa conceptual onde estão indicadas as hipotéticas relações entre as variáveis em estudo: variáveis sociodemográficas e familiares, comunicação entre mães e filhos e coparentalidade.

Com base nos modelos de regressão múltipla, os resultados permitiram identificar o género do filho, o nível socioeconómico, a estrutura familiar e algumas dimensões da comunicação parento-filial como bons preditores da coparentalidade.

Com este estudo, pretende-se promover as investigações sobre a coparentalidade e motivar as intervenções neste âmbito, considerando a influência de algumas características sociodemográficas e familiares, bem como da comunicação, no desenvolvimento de práticas parentais adequadas e, conseqüentemente, contribuir para uma melhoria no funcionamento familiar.

Palavras chave: Parentalidade, coparentalidade, comunicação parento-filial, relação parento-filial, filhos adolescentes

Abstract

Coparenting and communication between parents and their children have been proved essential to familiar development, to children development and also to parenting itself. The main purpose of this investigation is to recognize the potential and the difficulties of current co-parenting relationships in contemporary families, evaluating the influence of socio-demographic and familiar aspects and of parent-child communication its effect in co-parenting. 105 Portuguese mothers of teenagers took part in this empirical study. Three instruments were used in the original protocol: a socio-demographic questionnaire of familiar and complementary data, the Coparenting Questionnaire and the Perception Scale of Parenting Communication. A concept map was elaborated in order to systematize our investigation, indicating hypothetical relationships between the variables being studied: socio-demographic and familiar variables, communication between parents and their children and co-parenting.

Using multiple regression models, results identified the child's gender, socio-economical level, familiar structure and some dimensions of parent-child communication as good predictors of co-parenting.

With this study we aim to promote investigations on co-parenting and stimulate interventions, taking in consideration the influence of some socio-demographic and familiar characteristics, as well as of communication, in the development of adequate parenting practices and consequently contribute to a better family functioning.

Key Words: Parenting, coparenting, parent-child communication, parent-child relationship, teenage children

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo	4
Abstract.....	5
Índice.....	6
Introdução	7
I. Enquadramento Conceptual.....	9
II. Objetivos.....	17
III. Metodologia.....	19
IV. Resultados.....	27
V. Discussão.....	40
VI. Conclusões.....	45
Bibliografia.....	46
Anexos	49

Introdução

Apesar do conceito de parentalidade ser um tema muito discutido na área da Psicologia (Polivanova, 2018), as pesquisas neste âmbito dão menos relevância aos pais do que às mães (Wilson & Prior, 2011). No entanto, estudos realizados destacam a importância do envolvimento dos pais para a saúde desenvolvimental e o bem-estar dos filhos (Wilson & Prior, 2011), situação que se pode justificar face às alterações a nível das estruturas familiares e das funções na vida familiar que se têm verificado ao longo do século XX (Cabrera et al., 2000). Perante a preocupação entre a relação pai-filho, considera-se que o envolvimento paterno tem implicações para o desenvolvimento dos homens enquanto adultos, para suas esposas ou companheiras na relação de coparentalidade e para os filhos a nível do seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo (Allen & Daly, 2007). Deste modo, estudos divulgados na literatura familiar sistémica têm vindo a revelar um grande interesse na coparentalidade. A coparentalidade refere-se à forma como os elementos do par parental se relacionam um com o outro no seu papel de pais, sendo que o relacionamento coparental tem uma grande influência no que respeita à interação entre pais e filhos, bem como a nível do desenvolvimento dos filhos (Feinberg, 2003).

Associada à coparentalidade, pode-se mencionar a relação entre pais e filhos, uma vez que esta é a primeira ligação intergeracional estabelecida na família. Este facto justifica a importância da comunicação entre pais e filhos (Carr, 2006), visto que esta é uma dimensão central a vários níveis, nomeadamente, nível da construção da identidade, da realidade familiar e das relações que se estabelecem no sistema familiar (Segrin & Flora, 2005).

Partindo da importância do relacionamento coparental no funcionamento familiar e no desenvolvimento dos filhos (Feinberg et al., 2012), assim como da relevância da comunicação parento-filial no que concerne ao exercício da parentalidade (Segrin & Flora, 2005), considerámos de grande importância o tema do presente estudo. Neste sentido, pretende-se estudar, o papel de variáveis sociodemográficas e familiares e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes. Assim, o nosso objetivo principal consiste em avaliar as potencialidades e dificuldades das atuais relações de coparentalidade na família contemporânea.

Com o intuito de responder a esta questão primordial, serão estudados três objetivos específicos: (1) Averiguar se variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para diferenças significativas nas dimensões de coparentalidade; (2) Verificar se variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para diferenças significativas na comunicação parento-filial; e (3) Verificar se variáveis sociodemográficas e familiares e a comunicação entre mães e filhos influenciam significativamente as perceções de coparentalidade.

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Neste sentido, espera-se verificar a influência de algumas variáveis sociodemográficas e familiares, na comunicação parento-filial, sendo que de acordo com alguns estudos realizados neste âmbito (Segrin & Flora, 2005; Carr, 2006; Portugal & Alberto, 2013) foram observadas variações neste construto devido à influência de diversas variáveis sociodemográficas. A respeito da coparentalidade, na grande maioria das investigações é estudada a sua relação com o ajustamento conjugal (McHale, 1995; Margolin et al., 2001; Bonds e Gondoli, 2007), pelo que considerámos inovador e pertinente verificar a possível influência de outras variáveis nas relações de coparentalidade, nomeadamente a comunicação parento-filial, dada a sua importância a nível do exercício da parentalidade (Segrin & Flora, 2005). Devido ao tamanho da amostra e às diversas variáveis em estudo, os resultados poderão não ser muito significativos, no entanto, as conclusões serão fundamentais para a sua continuidade no âmbito de um estudo mais lato a ser realizado em três países culturalmente distintos (Portugal, Brasil e Angola).

I. Enquadramento Conceptual

1.1. Parentalidade e as mudanças socioculturais associadas

O conceito de parentalidade tem sido muito discutido na área da Psicologia (Polivanova, 2018). Em geral, as pesquisas neste âmbito dão menos relevância aos pais do que às mães, no entanto estudos realizados destacam a importância do envolvimento dos pais para a saúde desenvolvimental e o bem-estar dos filhos (Wilson & Prior, 2011). Neste sentido, entende-se que o aumento da preocupação com as relações pai-filho está relacionado com as mudanças acerca dos papéis sociais do homem e da mulher e o facto de se considerar que os pais têm uma grande influência a nível do desenvolvimento dos filhos (Lamb et al., 1985).

Ao longo do século XX as estruturas familiares e as funções na vida familiar sofreram algumas alterações, devido às mudanças sociais que ocorreram. Neste seguimento, o século XX caracterizou-se por quatro tendências sociais que influenciaram o contexto sociocultural em que as crianças se desenvolviam: maior participação das mulheres no mercado de trabalho, ausência de pais nas suas famílias, aumento do envolvimento dos pais em famílias nucleares intactas e maior diversidade cultural. Estas mudanças desencadearam diferentes expectativas e crenças acerca do papel do pai. Isto é, dado o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, é provável o conseqüente aumento do envolvimento paterno e da sua responsabilidade no cuidado dos seus filhos. Assim, à medida que os homens se vão envolvendo na realização das tarefas domésticas e na criação dos seus filhos, assumem maior responsabilidade pela organização e planeamento da vida dos mesmos (Cabrera et al., 2000). Outros autores referem ainda, como mudanças sociais que influenciam o contexto familiar, os avanços a nível da tecnologia reprodutiva (Weaver et al., 2001). As questões da licença de paternidade permitem também que os pais se envolvam mais no processo de educação dos filhos. Como resultado de todas estas mudanças, o papel da paternidade, bem como as expectativas sociais associadas ao pai, têm vindo a mudar. Assim, os homens, atualmente, tendem a manter menos a tradição dos papéis de género (Ruiz et al., 2017). Isto é, atualmente existe um “novo ideal de paternidade” em que os homens estão mais envolvidos com os filhos, não apenas como “ganha-pão” ou companheiros de brincadeira, mas também como cuidadores, um papel que é tipicamente associado às mães (Monteiro et al., 2017).

1.2. Envolvimento Paterno

O envolvimento paterno tem implicações para o desenvolvimento dos homens enquanto adultos, para suas esposas ou companheiras na relação de coparentalidade e para os filhos a nível do seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo (Allen & Daly, 2007). Neste seguimento, o envolvimento paterno permite que os pais apoiem as mães, reduzindo, assim, as suas angústias e O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

aumentando a sua saúde mental e bem-estar geral (Bentenuto & Venuti, 2019). Este construto pode ser definido por três critérios: interação, disponibilidade e responsabilidade. A *interação* remete para o contacto direto entre pai e filho, através de cuidados e atividades partilhadas. A *disponibilidade* diz respeito ao potencial de disponibilidade do pai para as interações, isto é, se está presente ou acessível para interagir com o filho. Por fim, a *responsabilidade* relaciona-se com o papel que o pai assume de modo a certificar-se que o filho tem os cuidados essenciais e de modo a proporcionar-lhe todos os recursos necessários (Lamb et al., 1985). Um pai é definido como um pai envolvido se a relação com o seu filho for descrita como: sensível, afetiva, íntima, amigável, carinhosa, encorajadora, confortante e recetiva. Neste sentido, os pais são considerados como mais envolvidos quando os filhos veem neles uma fonte de segurança (Allen & Daly, 2007), sendo que a quantidade e a qualidade dos comportamentos parentais são dimensões igualmente importantes do envolvimento paterno (Tremblay & Pierce, 2011). Geralmente, os pais que não residem com os seus filhos têm a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento dos mesmos através do pagamento da pensão de alimentos, desenvolvendo um relacionamento de colaboração e cooperação com a mãe da criança/adolescente e investindo num papel parental autoritário, isto é, o pai exerce controlo e estabelece limites, enquanto permite autonomia (Allen & Daly, 2007).

1.3. Coparentalidade

Os estudos divulgados na literatura familiar sistémica têm vindo a revelar um grande interesse na coparentalidade. A coparentalidade refere-se à forma como os pais ou as figuras parentais se relacionam no seu papel de pais, apresentando uma grande influência na interação entre pais e filhos e no desenvolvimento infantil (Feinberg, 2003).

De acordo com o modelo proposto por Margolin e colaboradores (2001), podem ser destacadas três dimensões da coparentalidade: conflito, cooperação e triangulação. A dimensão *conflito*, nomeadamente, o conflito entre pais ou figuras parentais acerca da parentalidade, remete para a quantidade, frequência e severidade de discórdia entre os pais em relação aos filhos, à sua educação e às questões domésticas (Margolin et al., 2001). O conflito entre pais está associado a um funcionamento problemático dos filhos, desde a infância até à adolescência (Gable et al., 1992). Segundo os autores deste modelo a dimensão *cooperação* indica até que ponto mães e pais se apoiam, valorizam e respeitam enquanto pais. Para os autores esta dimensão tem particular destaque a nível do exercício de uma parentalidade eficaz, uma vez que permite o desenvolvimento de um sentimento de partilha dos deveres parentais, bem como segurança de que a outra figura parental está igualmente disponível para a criança ou adolescente. As pesquisas sobre a parentalidade e sobre os papéis parentais mostram que a cooperação pode ser influenciada pela idade dos filhos e pelo género dos pais e dos filhos. Neste sentido, os autores, no seu estudo, verificaram que os pais de crianças em idade pré-escolar revelam mais cooperação do que os pais de filhos pré-adolescentes (Margolin et al., 2001). A terceira dimensão, *triangulação*, remete para a situação em que os pais destroem os limites entre pais e filhos, isto é, um dos pais forma uma

coligação com o filho, excluindo ou enfraquecendo o outro elemento do par parental (Minuchin et al., 2009). Vários estudos, com famílias nucleares e divorciadas, mostram que a triangulação se encontra associada ao desajustamento emocional da criança e do adolescente, bem como a dificuldades conjugais e familiares (Buchanan et al., 1991). Em pais com filhos adolescentes, pode ser mais provável que se envolvam em triangulação, uma vez que o sucesso desta aliança entre pais e filhos poderá exigir alguma capacidade verbal, bem como maturidade emocional por parte dos filhos (Maccoby et al., 1993). Mães e pais podem interagir de forma diferente nos relacionamentos de coparentalidade, sendo que a triangulação pode ser influenciada pelo género dos pais e dos filhos, apresentando resultados elevados entre mães e filhos (Margolin et al., 2001). De acordo com Margolin e colaboradores (2001), a coparentalidade e a conjugalidade devem ser entendidas como conceptualmente distintas, apesar de se associarem significativamente. Neste sentido, estes autores consideram que a coparentalidade não é apenas uma dimensão do relacionamento conjugal, uma vez que tem um papel diferente no sistema familiar (Margolin et al., 2001). A relação de coparentalidade parece ser uma extensão da relação conjugal, sendo que tem características próprias que se podem basear no facto da aliança fazer parte de um sistema triádico e não apenas do sistema diádico (Gable et al., 1992). Do ponto de vista dos sistemas familiares, a relação coparental é caracterizada como um grupo familiar dinâmico que envolve a mãe o pai e o/a filho/a, sendo assim distinta de outras relações diádicas dentro da família (McHale & Rasmussen, 1998). O exercício de uma coparentalidade eficaz é motivado pela preocupação com o bem-estar dos filhos, enquanto que um forte relacionamento conjugal é motivado pelo bem-estar do parceiro, por si mesmo ou pelo relacionamento conjugal (Gable et al., 1992). Esta distinção entre as relações coparental e conjugal tem sido apoiada por várias evidências empíricas indicando que a coparentalidade funciona como um preditor mais próximo das práticas parentais, da relação progenitor-criança (Bonds & Gondoli, 2007) e de vários aspetos do ajustamento infantil (Caldera & Lindsey, 2006), do que a qualidade conjugal em geral. Desse modo, Bonds e Gondoli (2007), no seu estudo, cujo objetivo principal passou por testar o papel da coparentalidade como variável mediadora da relação entre o ajustamento conjugal e a relação afetiva entre mães e filhos, comprovaram que a coparentalidade constitui um alvo de intervenção mais poderoso e eficaz na melhoria da parentalidade, comparativamente à relação conjugal em geral. Neste sentido, Margolin e colaboradores (2001), apontaram a relação de coparentalidade como um preditor mais próximo da parentalidade do que o relacionamento conjugal. McHale (1995), no seu estudo menciona que pais que mantêm casamentos felizes, tendem a sentir uma relação de afetividade positiva um pelo outro, razão que motiva uma relação de coparentalidade pontuada por apoio mútuo, bem como interações positivas com os filhos. Contrariamente, relações conjugais problemáticas prejudicam o exercício de uma coparentalidade positiva e cooperativa, que conduz a uma deterioração dos relacionamentos entre pais e filhos (McHale, 1995). A insatisfação conjugal pode levar as mães a compensar a falta do cônjuge envolvendo-se mais com os filhos. Contrariamente, a diminuição da qualidade conjugal pode conduzir os pais a afastarem-se do seu papel parental. Por este motivo, poderá ser apontada como possível

justificação para o aumento do envolvimento das mães, como uma forma de compensar os filhos face às situações a que estão expostos quando os casamentos são infelizes e há menos satisfação conjugal, em vez de compensar a falta de apoio por parte do cônjuge (Gable et al., 1992).

Face aos aspetos mencionados, de um modo geral, em situações de divórcio a coparentalidade é o único relacionamento que os pais mantêm (Margolin et al., 2001). No entanto, nestes casos, por vezes verifica-se o exercício de uma coparentalidade paralela. Isto é, apesar de ambos os pais se envolverem na prestação de cuidados dos filhos, fazem-no de forma descoordenada, sem cooperarem e comunicarem um com o outro, o que implica que a criança/adolescente seja obrigada a viver em dois contextos onde as regras, os valores e as oportunidades não coincidem (Lamela et al., 2010).

Os investigadores Maccoby et al. (1990) identificaram três subtipos de padrões de coparentalidade após o divórcio: cooperativo, conflituoso e *disengaged*. Na coparentalidade cooperativa, o subtipo ideal e saudável de relacionamento coparental, os pais comunicam regularmente sobre os seus filhos, apresentam níveis reduzidos de conflitos e elogiam-se mutuamente. Na coparentalidade conflituosa, os pais comunicam sobre os filhos, mas esta comunicação caracteriza-se por níveis elevados de conflito, desrespeito e crítica. Por fim, na coparentalidade *disengaged* os pais estão envolvidos nas vidas dos filhos, mas praticam uma parentalidade paralela, ou seja, não comunicam sobre os seus filhos. Este subtipo descreve a maioria das famílias após o divórcio, no entanto, não se verificou uma ligação entre a coparentalidade *disengaged* e o ajustamento dos filhos (Maccoby et al., 1990).

Assim e face aos dados relatados, a coparentalidade tem sido considerada como um ponto fulcral de intervenção ao nível da melhoria do funcionamento familiar e do desenvolvimento da criança (Feinberg et al., 2012).

1.4. Comunicação e Interação entre mães e filhos

O relacionamento entre pais e filhos é a primeira ligação intergeracional estabelecida na família, o que justifica a importância da comunicação entre os mesmos (Carr, 2006), sendo este o primeiro vínculo afetivo e emocional que ocorre no contexto familiar (Segrin & Flora, 2005).

A comunicação parento-filial é uma dimensão fundamental na relação entre pais e filhos, especificamente a nível do exercício da parentalidade. Neste sentido, a comunicação assume-se como um elemento essencial a nível da construção da identidade, da realidade familiar e das relações que se estabelecem nesse sistema (Segrin & Flora, 2005). De um modo geral, uma comunicação eficaz é considerada uma característica fundamental de um bom funcionamento familiar, sendo que a comunicação aberta e clara entre progenitores e filhos está relacionada com sentimentos positivos e níveis reduzidos de conflito entre os mesmos (Jackson et al., 1998).

De acordo com Portugal e Alberto (2013), a comunicação familiar é caracterizada por diversas dimensões: expressão do afeto e do apoio emocional, disponibilidade, metacomunicação e confiança/partilha equilibrada de questões e problemas pessoais sobre trabalho, relacionamentos, amizades e família.

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Em concordância com os dados da literatura, poderão ser apontadas duas variáveis que influenciam a comunicação parento-filial, nomeadamente a etapa do ciclo vital e género dos filhos e dos progenitores. A comunicação permite dar resposta às necessidades/exigências específicas de cada etapa do ciclo vital (Carr, 2006). No que concerne à etapa do ciclo vital “família com filhos adolescentes” a comunicação tem um papel fundamental na construção da identidade do adolescente (Jackson et al., 1998). Deste modo, analisar a comunicação familiar é fundamental para compreender o processo de adaptação à adolescência, quer por progenitores, quer pelos filhos (Segrin & Flora, 2005).

Outros autores mencionam que a comunicação entre pais e filhos varia em função das seguintes dimensões: diferenças de idade e género (mãe-bebé ou pai-filha adolescente, por exemplo), estrutura familiar, nível socioeconómico, cultura/local de residência e escolaridade (Segrin & Flora, 2005). O género de pais e filhos parece ser uma variável importante na comunicação parento-filial, sendo que parecem existir diferenças de género a nível da comunicação entre pais e filhos, havendo evidências de uma maior tendência dos filhos de ambos os sexos comunicarem mais com as mães do que com os pais (Lanz et al., 1999; Barnes & Olson, 1985; Jiménez & Delgado, 2002). Neste seguimento, o conflito entre pais e filhos é percecionado mais intensamente por parte dos rapazes (Jiménez & Delgado, 2002).

Portugal e Alberto (2013), no seu estudo sobre as perceções de progenitores e filhos sobre a comunicação parento-filial, verificaram a influência de algumas variáveis sociodemográficas na comunicação entre pais e filhos. Os resultados obtidos permitiram observar que progenitores que se incluem num nível socioeconómico mais baixo mencionam partilhar mais os seus problemas com os filhos, do que aqueles que provêm de um estatuto socioeconómico médio ou alto (Portugal & Alberto, 2013). Assim, considera-se que o nível socioeconómico influencia o exercício da parentalidade, sendo que há dados que mostram que progenitores com baixos rendimentos económicos tendem a recorrer a estratégias educativas mais centradas no castigo físico e em estilos comunicacionais autoritários (Magnuson & Duncan, 2002). Ainda a respeito do nível socioeconómico, alguns estudos indicam que quanto mais elevado o estatuto socioeconómico do progenitor, melhor a comunicação com adolescentes, marcada por um estilo parental democrático. Neste sentido, os progenitores que se enquadram num estatuto socioeconómico alto, tendem a percecionar maior confiança e partilha de intimidades por parte dos seus filhos do que os progenitores de estatuto socioeconómico baixo ou médio (Conger et al., 1992).

Relativamente à estrutura familiar, alguns autores verificaram que em famílias reconstituídas os filhos estabelecem relações de menor confiança com os progenitores, contrariamente ao que se verifica em famílias nucleares intactas. Ainda neste sentido, filhos pertencentes a famílias monoparentais tendem a partilhar mais atividades com a família, comparativamente às restantes formas de família (Dunn et al., 2001). Contrariamente ao que é constatado pelos autores acima referidos (Dunn et al., 2001), a nível da estrutura familiar não se verificaram diferenças

significativas nos resultados obtidos com a Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade preenchida pelos progenitores (Portugal & Alberto, 2013).

Relativamente às pesquisas realizadas no âmbito da interação pais-filhos, pode concluir-se que existem três perspectivas, nomeadamente, unidirecional, bidirecional e abordagem de sistemas. A abordagem unidirecional considera que os filhos são moldados pelos pais. Neste sentido, considera-se que a afetividade por parte dos pais é um comportamento verbal e não verbal que faz com que o filho se sinta cuidado, apoiado, amado e aceite. A abordagem bidirecional preocupa-se com a relação recíproca entre pais e filhos e é útil para estudar formas recíprocas de interação, bem como vínculos afetivos que se desenvolvem entre pais e filhos. Por fim, a abordagem dos sistemas remete para as interações pai-filho em sistemas familiares e sociais mais abrangentes, considerando que, quer as interações com outros subsistemas do contexto familiar, quer com outros contextos sociais afetam e são afetadas pela díade pai-filho (Segrin & Flora, 2005).

1.5. Ajustamento psicológico e desenvolvimento saudável dos filhos

Muitos estudos mostram que o ajustamento psicológico das crianças e/ou adolescentes é influenciado por diferenças na qualidade das relações pais-filhos, na qualidade dos relacionamentos entre pais e pelos recursos económicos e sociais disponíveis para a família. Quanto melhor a qualidade das relações entre pais e filhos, melhor o ajustamento psicológico das crianças e adolescentes. Importante referir que a qualidade do relacionamento entre os pais, ou adultos significativos na vida das crianças ou adolescentes, tem tanta influência quanto as relações entre os filhos e as figuras parentais. Os recursos económicos e sociais também afetam o bem-estar dos filhos, na medida em que influenciam as oportunidades a que têm acesso, a qualidade da educação, a estabilidade social e o potencial para relações de suporte duradouras com amigos, vizinhos e familiares (Lamb, 2012). Algumas investigações sobre outras formas de família que não a nuclear intacta mostraram que a qualidade da aliança coparental, nomeadamente, antes e depois do divórcio, têm uma influência importante no ajustamento das crianças e adolescentes (Gable et al., 1992).

Pesquisas sobre casamentos e desenvolvimento infantil mostram associação entre elevados níveis de conflito conjugal e problemas comportamentais nos filhos, indicando o conflito conjugal como fator de risco para ansiedade, problemas comportamentais, agressividade e relacionamentos inseguros entre pais e filhos desde a infância até à adolescência. Ou seja, a relação entre o casamento e o desenvolvimento dos filhos é mediada pelos vínculos estabelecidos entre as mães e os filhos (Gable et al., 1992).

1.6. Famílias com filhos adolescentes

Relativamente às etapas do ciclo vital da família, a etapa “família com filhos adolescentes” constitui um grande desafio para todos os elementos do sistema, sendo uma fase caracterizada por grandes mudanças, exigindo um equilíbrio entre as exigências do sistema familiar e os desejos e necessidades de cada membro da família. Na relação pais-filhos adolescentes é fundamental que

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

os pais se assumam como um sistema executivo forte, mas flexível, ditando regras claras, precisas e coerentes. Nesta relação os pais devem ser capazes de dizer aos filhos o que não lhes agrada e que possam ambos metacomunicar sobre as dificuldades e sobre os seus medos, uma vez que a comunicação constitui a base das interações entre os elementos do sistema. Esta etapa tem como tarefas básicas a separação e autonomia, uma vez que os adolescentes passam menos tempo com os pais, procurando a conquista da autonomia. Em contrapartida, o grupo de pares ganha particular relevância, sendo que estes oferecem uma fonte de suporte para o adolescente. Por isso, os pais tendem a sentir-se menos solicitados, controlam menos os comportamentos, pensamentos e afetos dos filhos, perdem alguma autoridade e sentem-se mais sozinhos. O posicionamento da família deve permitir uma abertura ao exterior, uma vez que o grupo de pares assume um papel de destaque. Uma questão que também caracteriza esta etapa relaciona-se com a gestão de poder, visto que “os pais temem perdê-lo e os filhos querem conquistá-lo”, podendo desencadear-se um conflito de gerações. Outra tarefa importante nesta etapa do ciclo vital remete para a reorganização conjugal, isto é, a recentração na vida conjugal. Face à conquista de autonomia experienciada pelo adolescente, o casal tem oportunidade para se dedicar à dimensão conjugal (Alarcão, 2006).

1.7. Famílias monoparentais e reconstituídas

No que diz respeito às formas de família que não a nuclear intacta ou de três gerações (no passado designadas de *novas* ou *outras* formas de família), nomeadamente famílias monoparentais e reconstituídas, sabemos que existem particularidades nas etapas do seu ciclo vital. Neste sentido, designam-se como famílias monoparentais “as famílias onde a geração dos pais está apenas representada por um único elemento” (Alarcão, 2006, p. 214). Podem existir algumas dificuldades associadas a esta estrutura familiar, nomeadamente ao nível da conjugalidade, da parentalidade e das dificuldades identificatórias. O facto de não existir subsistema conjugal pode impedir o suporte emocional a nível da resolução de problemas, a comunicação e o sentimento de individualidade e de pertença. A nível do subsistema parental, quando o outro progenitor não se mantém presente na vida do filho, não existe suporte associado à complementaridade de papéis, nem partilha de tarefas. Dada a maior probabilidade de existência de relações fusionais nestas formas de família, na fase da adolescência pode existir alguma dificuldade ao nível da diferenciação do *self* (Alarcão, 2006).

No que se refere às famílias reconstituídas, estas poderão ser definidas pelo “facto de na actual configuração, existirem pessoas que, num passado mais ou menos próximo, tiveram outras famílias (nucleares, entenda-se), em parte agora reunidas neste novo sistema” (Alarcão, 2006, p.206). A nível do desenvolvimento familiar, nestas situações, coexistem diferentes etapas do ciclo vital que, na impossibilidade de serem fundidas ou ultrapassadas, devem ser vividas num registo de complementaridade. Nestes casos existe o subsistema conjugal em interação permanente com o subsistema parental, situação que acarreta diversos desafios. Isto é, a etapa da formação de casal coincide com a presença de filhos e, por este motivo, quando os filhos são

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

adolescentes, simultaneamente à necessidade da família se abrir ao exterior surge a necessidade dos elementos da díade conjugal se centrarem no casal. Estas formas de família exigem também que se estabeleçam novas regras e padrões transacionais, sem negar o passado, mas encarando as diferenças do presente, de modo a que os filhos não considerem estas mudanças demasiado repentinas (Alarcão, 2006).

II. Objetivos

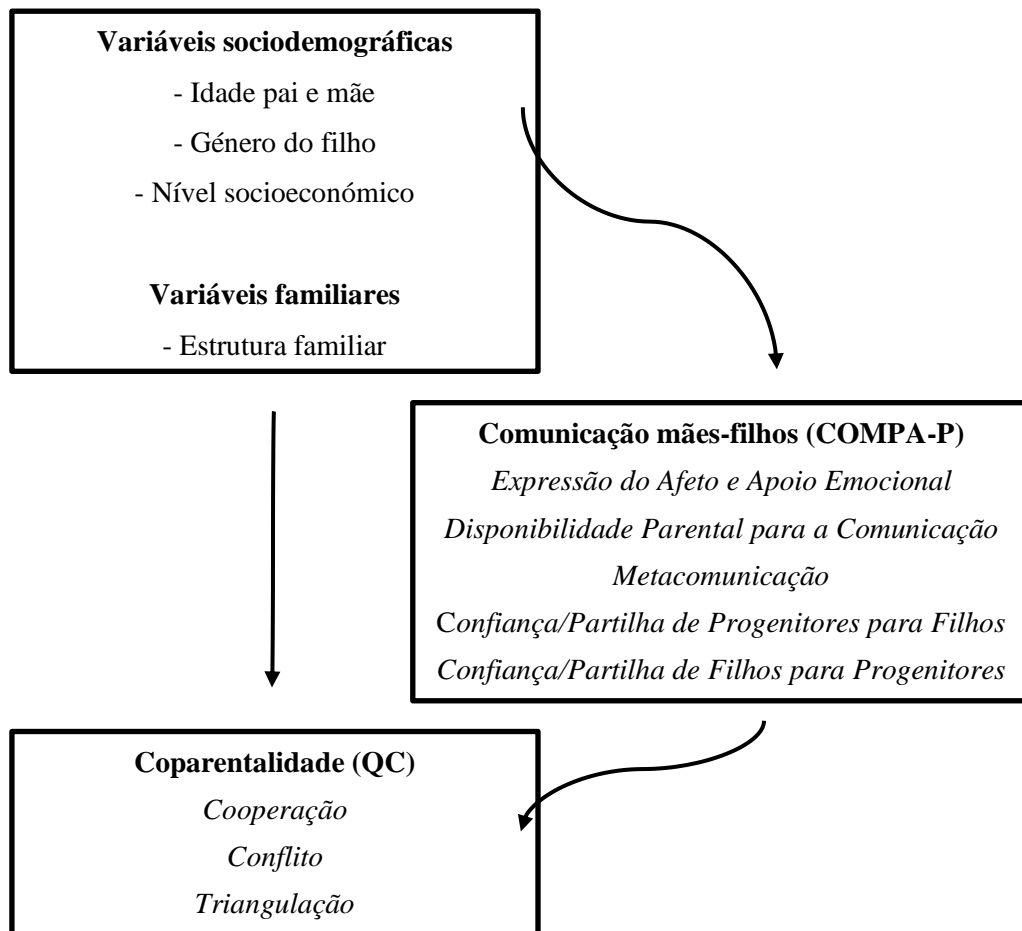
A coparentalidade tem sido uma área de grande interesse na Psicologia, sendo considerada como um grande foco de intervenção ao nível da melhoria do funcionamento familiar e do desenvolvimento da criança. O principal objetivo deste estudo é conhecer as potencialidades e dificuldades das atuais relações de coparentalidade e, ainda, o eventual efeito preditor de variáveis sociodemográficas e familiares e da comunicação parento-filial. Desta forma, com base no mapa conceptual apresentado na Figura 1, partimos da hipótese de que as variáveis sociodemográficas e familiares podem afetar quer a comunicação entre mães e filhos (*expressão do afeto e apoio emocional, disponibilidade parental para a comunicação, metacomunicação, confiança/partilha de progenitores para filhos e confiança/partilha de filhos para progenitores*), quer a coparentalidade (*cooperação, conflito e triangulação*) e que as mesmas variáveis sociodemográficas e familiares e a comunicação poderão constituir bons preditores de coparentalidade. Assim, pretende-se verificar o papel das variáveis sociodemográficas e familiares e da comunicação parento-filial nas perceções da coparentalidade.

Neste seguimento, apontam-se como objetivos específicos da presente investigação:

- (1) Averiguar se variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para diferenças significativas nas dimensões da coparentalidade: *cooperação, conflito e triangulação*.
- (2) Verificar se variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para a existência de diferenças significativas na comunicação parento-filial: *expressão do afeto e apoio emocional, disponibilidade parental para a comunicação, metacomunicação, confiança/partilha de progenitores para filhos e confiança/partilha de filhos para progenitores*.
- (3) Verificar se variáveis sociodemográficas e familiares e a comunicação entre mães e filhos (*expressão do afeto e apoio emocional, disponibilidade parental para a comunicação, metacomunicação, confiança/partilha de progenitores para filhos e confiança/partilha de filhos para progenitores*) influenciam significativamente as perceções da coparentalidade (*cooperação, conflito e triangulação*).

Figura 1

Mapa conceptual das hipotéticas relações entre as variáveis em estudo



III. Metodologia

3.1. Caracterização da amostra

A amostra do presente estudo foi recolhida através do processo de amostragem não probabilística por conveniência e é constituída por um total de 105 mães portuguesas. As idades dos sujeitos respondentes variam entre um mínimo de 31 e um máximo de 55 anos, sendo que a idade média é 42.98 anos ($DP=5.04$). Em termos de habilitações literárias, a grande maioria afirma ter concluído o ensino secundário (45.71%). A nível da situação profissional as mães respondentes encontram-se maioritariamente empregadas (89.5%). No que se refere ao género do filho em relação ao qual o protocolo foi preenchido, os resultados são aproximados, uma vez que 51.4% responderam em relação ao filho do género masculino e 44.8% em relação ao filho do género feminino. Estes resultados poderão ser analisados na Tabela 1.

Tabela 1

Estatísticas Descritivas das Características Sociodemográficas da Amostra

	<i>N</i>	%
Idade da Mãe		
31 – 39 anos	23	21.9
40 – 49 anos	69	65.7
50 – 55 anos	13	12.4
Escolaridade		
2º ciclo do ensino básico	1	0.95
3º ciclo do ensino básico	10	9.52
Ensino Secundário	48	45.71
Licenciatura	36	34.29
Mestrado	7	6.67
Outro	3	2.86
Situação profissional		
Desempregada	11	10.5
Empregada	94	89.5
Género do filho		
Masculino	55	51.4
Feminino	47	44.8

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Relativamente às informações obtidas sobre os pais, as idades oscilam entre um mínimo de 30 e um máximo de 65 anos, sendo que a idade média é 45.57 anos (DP=6.35). A nível da escolaridade a maioria dos pais concluíram o 3º ciclo do ensino básico (24.76%), o ensino secundário (29.52%) ou têm uma licenciatura (22.86%). Por fim, em relação à situação profissional, tal como nas mães, a grande maioria dos pais encontra-se empregado (95.2%). Na Tabela 2 são sistematizadas estas informações.

Tabela 2

Estatística Descritiva das Características Sociodemográficas do Pai

	N	%
Idade do Pai		
30 – 39 anos	14	13.3
40 – 49 anos	66	62.9
50 – 58 anos	23	21.9
61 – 65 anos	2	1.9
Escolaridade		
2º ciclo do ensino básico	14	13.233
3º ciclo do ensino básico	26	24.76
Ensino Secundário	31	29.52
Licenciatura	24	22.86
Mestrado	6	5.71
Doutoramento	1	0.95
Outro	3	2.86
Situação profissional		
Desempregado	3	2.9
Reformado	2	1.9
Empregado	100	95.2

No que diz respeito às características relacionais da amostra, nomeadamente ao estado civil, as respostas variam entre “solteira”, “união de facto”, “casada”, “separada” e “divorciada”, sendo que a grande maioria indicou estar casada (66,7%). Quanto às características familiares, especificamente a nível da estrutura familiar, a maioria das respondentes pertence a uma família nuclear intacta (69.52%). Relativamente ao número de filhos, que variam entre um e quatro filhos, a percentagem mais elevada aponta para dois filhos (48.6%), seguida da percentagem para pais com um filho (35.2%). A maioria das mães afirma ter gozado da licença parental em relação

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

ao filho sobre o qual respondeu (83.8%). Para finalizar, a respeito do nível socioeconómico das respondentes, a maioria inclui-se no nível socioeconómico médio baixo (40%) ou médio (40.95%).

Tabela 3

Estatística Descritiva das Características Familiares e Relacionais da Amostra

	<i>N</i>	%
Estado civil		
Solteira	8	7.6
União de facto	14	13.3
Casada	70	66.7
Separada	3	2.9
Divorciada	10	9.5
Estrutura familiar		
Família Nuclear Intacta	73	69.52
Família Monoparental	20	19.05
Família Reconstituída	12	11.43
Número de filhos		
1	37	35.2
2	51	48.6
3	13	12.4
4	4	3.8
Licença parental		
Não	15	14.3
Sim	88	83.8
Sem resposta	2	1.9
Nível socioeconómico		
Baixo	13	12.38
Médio baixo	42	40
Médio	43	40.95
Médio alto	7	6.67

3.2. Instrumentos

O protocolo de investigação foi administrado por duas vias: *online*, através da plataforma *LimeSurvey* e em papel. É composto por um questionário sociodemográfico, de dados familiares e

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

complementares, o Questionário de Coparentalidade (QC), a Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade (COMPA – Versão Parental), o Questionário de Aceitação-Rejeição Parental (PARQ), o Inventário de Envolvimento Paterno – Versão Reduzida (IFI-SI) e a Escala de Ajustamento Mútuo (DAS/EAS). No entanto, para o presente estudo, de modo a responder aos objetivos definidos apenas serão utilizados os resultados e as informações obtidas através do questionário sociodemográfico, de dados familiares e complementares, do Questionário de Coparentalidade e da Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade.

3.2.1. Questionário sociodemográfico, de dados familiares e complementares

O questionário foi construído pela equipa de investigação, com o intuito de caracterizar a amostra em estudo. Este questionário permite a avaliação de algumas variáveis sociodemográficas do sujeito e do pai do seu/sua filho/a, nomeadamente género, idade, país da residência (uma vez que um estudo mais lato será realizado em três países culturalmente distintos – Portugal, Brasil, e Angola), escolaridade, situação profissional e estado civil. Além das variáveis sociodemográficas, permite conhecer também alguns dados familiares e complementares, como a estrutura familiar (família nuclear intacta, adotiva, monoparental e reconstituída), número de filhos, caracterização do agregado familiar, nível socioeconómico e, por fim, uma questão acerca do usufruto da licença parental.

3.2.2. Questionário de Coparentalidade (QC; Pedro e Ribeiro, 2008)

O Questionário de Coparentalidade é uma adaptação portuguesa do *Coparenting Questionnaire* de Gayla Margolin, Elana Gordis e Richard John, desenvolvido em 2001. A versão portuguesa experimental do questionário foi realizada, em 2008, por Marta Figueiredo Pedro e Maria Teresa Ribeiro. A sua adaptação foi realizada pelas mesmas autoras em 2015. Este instrumento, de hetero-relato, permite “avaliar as perceções que os cônjuges/parceiros têm um do outro enquanto pais”. É constituído por 14 itens divididos em três subescalas (cooperação, conflito e triangulação), sendo que resultados elevados indicam níveis elevados nestas três dimensões. A escala de resposta contém cinco opções, em que 1 significa “Nunca” e 5 “Sempre”, e o sujeito terá de indicar com que frequência o cônjuge/companheiro atua de um determinado modo com o próprio (Pedro & Ribeiro, 2015).

No que respeita aos níveis de consistência interna, os autores da versão original reportam níveis satisfatórios nas três subescalas para pais e para mães, nomeadamente, valores alfa de Cronbach entre .69 e .87 (Margolin et al., 2001). Relativamente aos resultados obtidos na adaptação portuguesa do QC, como é possível verificar na Tabela 4, o cálculo do alfa de Cronbach revelou valores aceitáveis e elevados de consistência interna para mães: α cooperação = .88, α conflito = .76 e α triangulação = .85 (Pedro & Ribeiro, 2015). Assim, os valores obtidos na versão portuguesa do questionário cumprem o que é idealmente aceitável, uma vez que os valores de consistência interna para uma escala devem ser superiores a .7 (Pallant, 2005). No presente

estudo, os valores do coeficiente alfa de Cronbach variam entre um mínimo de .66 na subescala conflito e um máximo de .95 na subescala cooperação.

Tabela 4

Coefficientes alfa de Cronbach do Questionário de Coparentalidade

Dimensão	Presente estudo	Estudo Original (Pedro & Ribeiro, 2013)
Cooperação	.95	.88
Conflito	.66	.76
Triangulação	.84	.85

3.2.3. Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade (COMPA-P; Portugal e Alberto, 2013)

A COMPA é um instrumento português construído por Alda Portugal e Isabel Alberto, em 2010. Permite avaliar as percepções de pais e filhos acerca da sua comunicação. É uma escala composta por três versões: para pais (COMPA-P), filhos com idades entre os 7 e os 11 anos (COMPA-C) e filhos com idades entre os 12 e os 16 anos (COMPA-A), sendo que cada versão contém dimensões de avaliação diferentes. No presente trabalho, apenas foi utilizada a versão para pais e mães que apenas poderá ser respondida por pais/mães com filhos entre os 7 e os 16 anos (inclusive). É composta por 44 itens, divididos em cinco subescalas: *expressão do afeto e apoio emocional* (corresponde à troca de mensagens positivas entre os membros da família considerando algumas características da comunicação), *disponibilidade parental para a comunicação* (remete para a sinceridade nas respostas às questões dos filhos, à abertura comunicacional e ao equilíbrio entre estes aspetos e a privacidade), *metacomunicação* (diz respeito à capacidade dos pais utilizarem uma comunicação esclarecedora evitando estratégias manipulativas e de controlo), *confiança/partilha de progenitores para filhos e confiança/partilha de filhos para progenitores* (ambas relativas à partilha equilibrada de questões e problemas pessoais, de pais e de filhos, sobre trabalho, relacionamentos, amizades e família). Contém cinco opções de resposta, em que 1 significa “Nunca” e 5 “Sempre”, sendo que para cada afirmação cada sujeito deverá escolher a opção que melhor caracteriza a frequência da situação na comunicação com o seu filho. De acordo com as autoras do instrumento, quanto mais elevada for a pontuação em cada subescala melhor é a percepção da comunicação parento-filial (Portugal & Alberto, 2014).

No que concerne às características psicométricas da escala, Portugal e Alberto (2013), no âmbito dos estudos de evidência de precisão da COMPA-P realizaram análises de consistência interna. No que diz respeito às subescalas, os valores variaram entre um mínimo de .65 na subescala confiança/partilha comunicacional de filhos para progenitores e um máximo de .87 na subescala disponibilidade parental para a comunicação. Juntamente a estes resultados, a Tabela 5 contém, também, os valores de consistência interna obtidos no presente estudo. Deste modo, O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

contrariamente ao estudo original, na subescala disponibilidade parental para a comunicação obteve-se o valor mínimo de .30. No que respeita ao valor máximo de consistência interna este corresponde à subescala expressão do afeto e apoio emocional (.83). Neste sentido, à exceção da subescala disponibilidade parental para a comunicação cujo valor é considerado razoável, por se situar entre .21 e .40 (Landis & Koch, 1977), as restantes subescalas indicam bons índices de consistência interna (>.70) (Pallant, 2005).

Tabela 5

Coefficientes alfa de Cronbach da COMPA-P

Dimensão	Presente estudo	Estudo Original (Portugal & Alberto, 2013)
Expressão do Afeto e Apoio Emocional	.83	.86
Disponibilidade Parental para a Comunicação	.30	.87
Metacomunicação	.72	.83
Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos	.80	.80
Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores	.75	.65

3.3.Procedimentos de investigação

A recolha dos dados, ocorreu entre março e maio de 2020, através de questionários em papel e da plataforma *online LimeSurvey* (dada a situação de pandemia vivida no momento da realização da presente investigação, apenas foi possível recolher quatro questionários em papel).

Para proceder à aplicação do protocolo de investigação foi apresentado um Consentimento Informado a cada um dos participantes, onde foram esclarecidos o objetivo principal do estudo, os critérios de inclusão, bem como reforçadas as questões de confidencialidade dos dados obtidos. No que respeita aos critérios de inclusão, foram indicados os seguintes: (1) ser pai ou mãe (idade mínima de 20 anos) (2) de crianças e/ou adolescentes (até aos 16 anos, inclusive), (3) provenientes de família nuclear intacta, família monoparental ou família adotiva. Apesar das famílias reconstituídas não estarem incluídas nestes critérios, dada a adesão tomámos a decisão de as inserir no estudo. Ainda neste sentido, dada a baixa participação de pais-homens estes foram excluídos da amostra, assumindo, assim, apenas a perceção das mães para a realização do presente estudo.

Após a apresentação do Consentimento e devida autorização dos respondentes para a utilização dos dados obtidos para fins de investigação, foram aplicados os instrumentos de avaliação do protocolo, mencionados e descritos na secção dos instrumentos.

3.4. Procedimentos estatísticos

Após a recolha de dados, e tendo em conta os objetivos propostos, foi utilizado o programa informático SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 25 para *Windows*, através do qual foi construída a base de dados e se procedeu às análises estatísticas, quer descritivas, quer inferenciais. Importa ainda referir que, no processo de análise e organização da base de dados, foram constatados *missing values* nesta amostra, pelo que, de modo a resolver esta questão, estes valores foram substituídos com recurso ao método de maximização esperada (*Expected Maximization*).

Num primeiro momento e de modo a descrever a amostra em estudo, foram realizadas as análises das estatísticas descritivas das características sociodemográficas, familiares e relacionais da amostra, sendo que para o efeito se procedeu à análise descritiva por frequências.

Posteriormente, complementando a informação acerca de cada instrumento utilizado, foram verificados os pressupostos de consistência interna, de maneira a garantir que os instrumentos possuem bons índices de fiabilidade, garantindo assim que os diversos itens de cada escala e subescala permitem medir o mesmo construto, desencadeando resultados semelhantes (Pallant, 2005). Para o efeito, utilizou-se o coeficiente alfa de Cronbach.

Paralelamente às análises de consistência interna, foram analisadas as estatísticas descritivas de cada um dos instrumentos utilizados para sintetizar os resultados obtidos, através da apresentação dos valores das médias e desvios padrão de cada subescala.

Tendo em conta o modelo conceptual que serviu de guia para esta investigação, foi necessário optar por testes paramétricos ou testes não paramétricos, considerando para o efeito o número de sujeitos que integra a amostra. Uma vez que a amostra é constituída por 105 sujeitos, optámos pela realização de testes paramétricos, uma vez que uma amostra superior a 30 sujeitos é considerada suficiente para assumir os pressupostos da normalidade da distribuição e a realização de testes paramétricos.

No que concerne à execução das estatísticas inferenciais, de modo a responder ao objetivo principal em estudo, procurou-se dar resposta a três objetivos específicos. Neste sentido, para estudar os dois primeiros objetivos (1: se as variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para diferenças significativas nas dimensões da coparentalidade; 2: se as variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para a existência de diferenças significativas na comunicação parento-filial) utilizou-se o teste *t de Student* e *ANOVA one-way*. Para analisar a influência da variável *género* na *coparentalidade* e na *comunicação parento-filial* recorreu-se ao teste de comparação de médias *t de Student* para amostras independentes. Para analisar a influência das variáveis *idade dos pais*, *nível socioeconómico* e *estrutura familiar* na *coparentalidade* e *comunicação parento-filial* foi aplicado o teste *ANOVA one-way* e o teste de *Tukey* para comparação múltiplas das médias em caso de se verificarem diferenças significativas entre grupos. No estudo da influência da estrutura familiar na coparentalidade, o pressuposto da homogeneidade das variâncias não foi cumprido, pelo que se recorreu a um teste não-paramétrico alternativo à *ANOVA one-way*, o teste de *Kruskal-Wallis*. No que respeita ao último objetivo -

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

explorar as relações entre as variáveis - recorreu-se a um modelo de regressão múltipla, pelo que se pressupõe o efeito preditor das variáveis sociodemográficas e familiares e da comunicação entre mães e filhos na coparentalidade. Em todos os objetivos foi analisado o pressuposto da homogeneidade das variâncias (teste de Levene ou teste de Welch e teste de Brown-Forsythe), e no modelo de regressão múltipla também foram testadas a normalidade dos resíduos (análise gráfica) e multicolinearidade (VIF – *Variance Inflation Factor*), mostrando-se genericamente cumpridos.

IV. Resultados

4.1. Estatísticas descritivas das variáveis em estudo

As estatísticas descritivas obtidas pelos sujeitos nas diferentes subescalas do Questionário de Coparentalidade poderão ser observadas na Tabela 6. Neste sentido, serão indicados as médias e desvios padrão. Como é possível verificar, os sujeitos obtiveram valores mais elevados na cooperação (17.27) e mais baixos na triangulação (6.30).

Tabela 6

Estatísticas Descritivas do Questionário de Coparentalidade

Dimensão	Média	Desvio Padrão
Cooperação	17.27	6.24
Conflito	10.87	3.37
Triangulação	6.30	3.20

As estatísticas descritivas obtidas pelas participantes no total da Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade e nas subescalas estas serão apresentadas na Tabela 7. Para a obtenção dos seguintes valores procedeu-se ao cálculo dos totais de cada subescala, somando as pontuações dos itens pertencentes a cada uma e dividindo o valor obtido pelo total de itens de cada subescala (Portugal & Alberto, 2014). Neste sentido, constataram-se valores mais elevados nas subescalas expressão do afeto e apoio emocional (4.42) e metacomunicação (4.44) e mais baixos na subescala disponibilidade parental para a comunicação (3.53).

Tabela 7

Estatísticas Descritivas da Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade

Dimensão	Média	Desvio Padrão
Expressão do Afeto e Apoio Emocional	4.42	.37
Disponibilidade Parental para a Comunicação	3.53	.36
Metacomunicação	4.44	.40
Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos	4.10	.51
Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores	3.91	.53

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

4.2. Resultados do estudo inferencial

(1) Averiguar se as variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para diferenças significativas nas dimensões da coparentalidade: *cooperação, conflito e triangulação*.

Para estudar o possível contributo da variável sociodemográfica *género do filho* nas dimensões da coparentalidade foi aplicado o teste *t de student* para amostras independentes. Os resultados poderão ser constatados na Tabela 8. Não há diferenças estatisticamente significativas entre os valores obtidos pelas mães que responderam em relação aos filhos (*cooperação*: M=16.78 DP=6.66, $t(101)=-.55$, $p=.58$; *conflito*: M=11.07 DP=3.61, $t(101)=.49$, $p=.63$; *triangulação*: M=6.56 DP=3.38, $t(101)=.80$, $p=.43$) e as que responderam em relação às filhas (*cooperação*: M=17.47 DP=5.9, $t(101)=-.55$, $p=.58$; *conflito*: M=10.74 DP=3.12, $t(101)=.49$, $p=.63$; *triangulação*: M=6.05 DP=3.06, $t(101)=.80$, $p=.43$). Os níveis de significância obtidos são superiores a .05, o que significa que a variável *género do filho* não contribui para diferenças significativas nas perceções da coparentalidade.

Tabela 8

Teste t para amostras independentes: VI Género do Filho

Dimensão	Género do filho	M	DP	Teste de Levene		Teste t para a igualdade das médias	
				Z	p	t	p (2-tailed)
Cooperação	Masculino (n=54)	16.78	6.66	2.27	.14	-.55	.58
	Feminino (n=47)	17.47	5.9				
Conflito	Masculino (n=54)	11.07	3.61	2.45	.12	.49	.63
	Feminino (n=47)	10.74	3.12				
Triangulação	Masculino (n=54)	6.56	3.38	1.26	.26	.80	.43
	Feminino (n=47)	6.04	3.06				

A análise da variância permitiu explorar o possível impacto da *idade da mãe e do pai* nas diferentes dimensões da coparentalidade. Para o efeito, as idades foram divididas em três grupos, como é possível analisar na Tabela 9. Com base nos resultados mencionados na tabela, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ($p>.05$) quer na idade da mãe (*cooperação*: $Z(2, 105)=1.19$, $p=.31$; *conflito*: $Z(2, 105)=.87$, $p=.42$; *triangulação*: $Z(2,105)=.62$, $p=.54$), quer

na idade do pai (*cooperação*: $Z(2, 105)=.17, p=.84$; *conflito*: $Z(2, 105)=.58, p=.56$; *triangulação*: $Z(2,105)=.46, p=.63$).

Tabela 9

ANOVA: VI Idade dos Pais

Dimensões	Idades	M	DP	Teste de Levene (p)	ANOVA		
					gl	Z	P
Cooperação	31-40 (n=35)	16.46	7.62	.00	2	1.19	.31
	41-46 (n=46)	18.33	5.39				
	47-55 (n=24)	16.42	5.40				
Conflito	31-40 (n=35)	10.63	3.42	.71	2	.87	.42
	41-46 (n=46)	10.62	3.24				
	47-55 (n=24)	11.67	3.57				
Triangulação	31-40 (n=35)	6.26	3.46	.70	2	.62	.54
	41-46 (n=46)	6	3.21				
	47-55 (n=24)	6.92	2.81				
Cooperação	30-41 (n=32)	17.31	6.95	.06	2	.17	.84
	42-49 (n=48)	16.94	6.29				
	50-65 (n=25)	17.84	5.31				
Conflito	30-41 (n=32)	10.38	3.42	.89	2	.58	.56
	42-49 (n=48)	10.96	3.36				
	50-65 (n=25)	11.32	3.39				
Triangulação	30-41 (n=32)	5.91	2.86	.61	2	.46	.63
	42-49 (n=48)	6.35	3.42				
	50-65 (n=25)	6.72	3.23				

No que concerne ao possível contributo do *nível socioeconómico* para verificar diferenças significativas nas dimensões da coparentalidade, foram distinguidos quatro níveis diferentes. Foram constatadas diferenças estatisticamente significativas $p < .05$ na dimensão *cooperação* ($Z(3, 105) = 3.37, p = .02$), como é possível verificar na Tabela 10. Por esta razão, através dos testes *post-hoc* (especificamente, o teste de *Tukey*) foram analisadas diferenças estatisticamente significativas entre os níveis baixo e médio ($p = .04$) e baixo e médio alto ($p = .03$) (Tabela 11), verificando-se que mães que se incluíram num nível socioeconómico baixo apresentaram perceções da cooperação mais baixas ($M = 12.77, DP = 7.29$), comparativamente às mães pertencentes a níveis socioeconómicos médio ($M = 17.98, DP = 5.32$) e médio alto ($M = 20.71, DP = 4.15$) que obtiveram resultados mais elevados.

Tabela 10

ANOVA: VI Nível Socioeconómico

Dimensão	Nível Socioeconómico	M	DP	Teste de Levene (p)	ANOVA		
					gl	Z	P
Cooperação	Baixo (n=13)	12.77	7.29	.10	3	3.37	.02
	Médio baixo (n=42)	17.36	6.53				
	Médio (n=43)	17.98	5.32				
	Médio alto (n=7)	20.71	4.15				
Conflito	Baixo (n=13)	12.77	3.75	.80	3	1.95	.13
	Médio baixo (n=42)	10.88	3.28				
	Médio (n=43)	10.23	3.29				
	Médio alto (n=7)	11.14	3.02				
Triangulação	Baixo (n=13)	7.69	3.30	.02	3	1.49	.22
	Médio baixo (n=42)	6.45	3.79				
	Médio (n=43)	5.98	2.6				
	Médio alto (n=7)	4.86	1.46				

Tabela 11

Teste de Tukey (nível de significância): VI Nível Sócioeconómico, VD Dimensão Cooperação

Dimensão	Nível Socioeconómico	Baixo	Médio baixo	Médio	Médio alto
Cooperação	Baixo	-	.08	.04	.03
	Médio baixo	.08	-	.96	.53
	Médio	.04	.96	-	.68
	Médio alto	.03	.53	.68	-

A variável *estrutura familiar* encontra-se organizada em três grupos, como é possível verificar na Tabela 12. Para analisar a existência de diferenças significativas da estrutura familiar nas percepções da coparentalidade foi aplicado o teste não-paramétrico *Kruskal-Wallis*, pelo que se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões *cooperação* ($p=.00$), *conflito* ($p=.01$) e *triangulação* ($p=.00$). Observando as médias conclui-se que as mães pertencentes a famílias nucleares intactas (64.59) pontuaram mais alto na dimensão *cooperação*, contrariamente às que integram famílias monoparentais, que obtiveram os valores mais baixos (22.55). A dimensão *conflito* mostrou-se mais intensa nas famílias monoparentais (71.60) e menos forte nas famílias nucleares intactas (47.16). Por fim, na dimensão *triangulação* constataram-se resultados mais baixos nas famílias nucleares intactas (46.31), comparativamente às famílias monoparentais (68.25) e reconstituídas (68.28).

Tabela 12

Teste de Kruskal-Wallis: VI Estrutura Familiar

Dimensão	Estrutura Familiar	Teste de Levene (p)	Teste Kruskal-Wallis			
			Média	gl	H de Kruskal-Wallis	P
Cooperação	Família Nuclear Intacta (n=73)	.01	64.59	2	35.79	.00
	Família Monoparental (n=20)		22.55			
	Família Reconstituída (n=12)		33.25			
Conflito	Família Nuclear Intacta (n=73)	.07	47.16	2	10.53	.01
	Família Monoparental (n=20)		71.60			
	Família Reconstituída (n=12)		57.50			
Triangulação	Família Nuclear Intacta (n=73)	.00	46.31	2	12.86	.00
	Família Monoparental (n=20)		68.25			
	Família Reconstituída (n=12)		68.29			

- (2) **Averiguar se as variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para diferenças significativas na comunicação parento-filial: expressão do afeto e apoio emocional, disponibilidade parental para a comunicação, metacomunicação, confiança/partilha de progenitores para filhos e confiança/partilha de filhos para progenitores.**

Para estudar o possível contributo da variável sociodemográfica *género do filho* nas subescalas da COMPA-P foi aplicado o teste *t de student* para amostras independentes. Como se pode constatar na Tabela 13, apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas no fator 5 (*confiança/partilha comunicacional de filhos para progenitores*), sendo que as mães que responderam em relação aos filhos (M=3.8 DP=0.58, $t(101)=-2.05$, $p=.04$) pontuaram mais baixo, em relação às que responderam em relação às filhas (M=4.02 DP=.46, $t(101)=-2.05$, $p=.04$). Nos restantes fatores os níveis de significância obtidos são superiores a .05, o que significa que, no presente estudo, a variável *género do filho* apenas contribui para diferenças significativas na subescala *confiança/partilha comunicacional de filhos para progenitores*.

Tabela 13

Teste *t* para amostras independentes: VI Género do Filho

Dimensão	Género do filho	M	DP	Teste de Levene		Teste t para a igualdade das médias	
				Z	P	t	p (2-tailed)
Fator 1 (Expressão do Afeto e Apoio Emocional)	Masculino (n=54)	4.42	.38	.51	.48	-.26	.79
	Feminino (n=47)	4.44	.38				
Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	Masculino (n=54)	3.51	.36	.03	.86	-.56	.58
	Feminino (n=47)	3.55	.38				
Fator 3 (Metacomunicação)	Masculino (n=54)	4.47	.39	.10	.75	.72	.47
	Feminino (n=47)	4.41	.42				
Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	Masculino (n=54)	4.05	.53	.95	.33	-.93	.36
	Feminino (n=47)	4.15	.51				
Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	Masculino (n=54)	3.8	.58	2.25	.14	-2.05	.04
	Feminino (n=47)	4.02	.46				

A análise da variância permitiu explorar o possível impacto da *idade da mãe e do pai* nas diferentes subescalas da COMPA-P. Com base nos resultados mencionados na Tabela 14, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) quer na idade da mãe (*Fator 1*: $Z(2, 105)=1.40, p=.25$; *Fator 2*: $Z(2, 105)=.17, p=.85$; *Fator 3*: $Z(2,105)=.47, p=.63$; *Fator 4*: $Z(2, 105)=.44, p=.65$; *Fator 5*: $Z(2, 105)=.35, p=.71$), quer na idade do pai (*Fator 1*: $Z(2, 105)=.71, p=.50$; *Fator 2*: $Z(2, 105)=.43, p=.65$; *Fator 3*: $Z(2,105)=.30, p=.74$; *Fator 4*: $Z(2, 105)=1.15, p=.32$; *Fator 5*: $Z(2, 105)=1.30, p=.28$).

Tabela 14

ANOVA: VI Idade dos Pais

Dimensões	Idades	M	DP	Teste de Levene (p)	ANOVA			
					gl	Z	P	
Fator 1 (Expressão do Afeto e Apoio Emocional)	Idade Mãe	31-40 (n=35)	4.43	.38	.13	2	1.40	.25
		41-46 (n=46)	4.48	.29				
		47-55 (n=24)	4.32	.50				
Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	Idade Mãe	31-40 (n=35)	3.52	.42	.24	2	.17	.85
		41-46 (n=46)	3.55	.32				
		47-55 (n=24)	3.50	.37				
Fator 3 (Metacomunicação)	Idade Mãe	31-40 (n=35)	4.45	.44	.16	2	.47	.63
		41-46 (n=46)	4.39	.42				
		47-55 (n=24)	4.49	.31				
Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	Idade Mãe	31-40 (n=35)	4.08	.53	.5	2	.44	.65
		41-46 (n=46)	4.14	.43				
		47-55 (n=24)	4.02	.63				
Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	Idade Mãe	31-40 (n=35)	3.93	.43	.04	2	.35	.71
		41-46 (n=46)	3.93	.52				
		47-55 (n=24)	3.83	.68				
Fator 1 (Expressão do	Idade Pai	30-41 (n=32)	4.45	.33				
		42-49	4.44	.35				

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Afeto e Apoio Emocional)		(n=48)			.46	2	.71	.50
		50-65 (n=25)	4.35	.47				
Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	Idade Pai	30-41 (n=32)	3.53	.42	.36	2	.43	.65
		42-49 (n=48)	3.56	.32				
		50-65 (n=25)	3.48	.38				
Fator 3 (Metacomunicação)	Idade Pai	30-41 (n=32)	4.46	.39	.34	2	.30	.74
		42-49 (n=48)	4.45	.43				
		50-65 (n=25)	4.38	.38				
Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	Idade Pai	30-41 (n=32)	4.08	.54	.75	2	1.15	.32
		42-49 (n=48)	4.17	.46				
		50-65 (n=25)	3.98	.57				
Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	Idade Pai	30-41 (n=32)	3.92	.43	.21	2	1.30	.28
		42-49 (n=48)	3.97	.53				
		50-65 (n=25)	3.76	.64				

Para estudar o possível contributo do *nível socioeconómico* nos resultados das subescalas do COMPA foram distinguidos quatro níveis diferentes. No entanto, como é possível verificar na Tabela 15, não foram constatadas diferenças estatisticamente significativas entre os níveis *baixo*, *médio baixo*, *médio* e *médio alto* (*Fator 1*: $Z(2, 105)=1.5, p=.22$; *Fator 2*: $Z(2, 105)=1.74, p=.16$; *Fator 3*: $Z(2,105)=1.62, p=.19$; *Fator 4*: $Z(2, 105)=1.01, p=.39$; *Fator 5*: $Z(2, 105)=1.62, p=.19$), pelo que se conclui que estas não têm efeitos significativos na comunicação parento-filial.

Tabela 15

ANOVA: VI Nível Socioeconómico

Dimensões	Nível Socioeconómico	M	DP	Teste de Levene (p)	ANOVA		
					gl	Z	P
Fator 1 (Expressão do Afeto e Apoio Emocional)	Baixo (n=13)	4.31	.47	.26	3	1.5	.22
	Médio baixo (n=42)	4.48	.38				
	Médio (n=43)	4.44	.34				
	Médio alto (n=7)	4.21	.21				

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas perceções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	Baixo (n=13)	3.48	.41	.83	3	1.74	.16
	Médio baixo (n=42)	3.60	.35				
	Médio (n=43)	3.51	.36				
	Médio alto (n=7)	3.29	.28				
Fator 3 (Metacomunicação)	Baixo (n=13)	4.37	.45	.48	3	1.62	.19
	Médio baixo (n=42)	4.54	.36				
	Médio (n=43)	4.38	.42				
	Médio alto (n=7)	4.30	.39				
Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	Baixo (n=13)	4	.67	.10	3	1.01	.39
	Médio baixo (n=42)	4.17	.49				
	Médio (n=43)	4.1	.51				
	Médio alto (n=7)	3.84	.28				
Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	Baixo (n=13)	3.89	.59	.42	3	1.62	.19
	Médio baixo (n=42)	3.96	.46				
	Médio (n=43)	3.93	.56				
	Médio alto (n=7)	3.49	.53				

A variável *estrutura familiar* encontra-se organizada em três grupos, como é possível verificar na Tabela 16. Analisando os dados da tabela é possível constatar que não existem diferenças estatisticamente significativas na comunicação entre mães e filhos de diferentes estruturas familiares (*Fator 1*: $Z(2, 105)=.11, p=.89$; *Fator 2*: $Z(2, 105)=1.43, p=.24$; *Fator 3*: $Z(2,105)=.25, p=.78$; *Fator 4*: $Z(2, 105)=.07, p=.93$; *Fator 5*: $Z(2, 105)=1.09, p=.34$).

Tabela 16

ANOVA: VI Estrutura Familiar

Dimensões	Estrutura Familiar	M	DP	Teste de Levene (p)	ANOVA		
					gl	Z	p
Fator 1 (Expressão do Afeto e Apoio Emocional)	Família Nuclear Intacta (n=73)	4.42	.38	.81	2	.11	.89
	Família Monoparental (n=20)	4.42	.40				
	Família Reconstituída (n=12)	4.47	.33				
Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	Família Nuclear Intacta (n=73)	3.51	.33	.06	2	1.43	.24
	Família Monoparental (n=20)	3.64	.41				
	Família Reconstituída (n=12)	3.44	.48				

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Fator 3 (Metacomunicação)	Família Nuclear Intacta (n=73)	4.42	.39	.93	2	.25	.78
	Família Monoparental (n=20)	4.49	.42				
	Família Reconstituída (N=12)	4.41	.46				
Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	Família Nuclear Intacta (n=73)	4.09	.48	.35	2	.07	.93
	Família Monoparental (n=20)	4.14	.65				
	Família Reconstituída (n=12)	4.08	.46				
Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	Família Nuclear Intacta (n=73)	3.91	.53	.73	2	1.09	.34
	Família Monoparental (n=20)	4	.53				
	Família Reconstituída (n=12)	3.71	.51				

(3) Verificar se variáveis sociodemográficas e familiares e a comunicação entre mães e filhos (*expressão do afeto e apoio emocional, disponibilidade parental para a comunicação, metacomunicação, confiança/partilha de progenitores para filhos e confiança/partilha de filhos para progenitores*) influenciam significativamente as percepções da coparentalidade (*cooperação, conflito e triangulação*).

Face à variável dependente *cooperação* o modelo global explica 54.2% da variação total da *cooperação* e é estatisticamente significativo ($Z(10,104)=11.12$ $p=.00$). Analisando os dados da Tabela 17, para os valores β positivos que contribuem para o aumento dos resultados na dimensão *cooperação* consideramos que as variáveis género do filho ($\beta=1.69$, $p=.04$), nível socioeconómico ($\beta=1.75$, $p=.00$), Fator 1 *Expressão do Afeto e Apoio Emocional* ($\beta=4.82$, $p=.03$) e Fator 3 *Metacomunicação* da escala COMPA-P ($\beta=3.55$, $p=.02$) são estatisticamente significativas, revelando-se preditores significativos da *cooperação*. Assim, quando os filhos adolescentes são do género feminino, quando as famílias se incluem em níveis socioeconómicos mais elevados, e quanto maior a troca de mensagens positivas e capacidade de comunicação clara, esclarecedora e compreensiva entre mães e filhos, há uma tendência para se verificarem maiores níveis de *cooperação*.

Tabela 17

Coeficientes de regressão: VD cooperação

Modelo 1	Coeficientes Não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados		
	B	Erro padrão	Beta	t	p
(constante)	-3.99	6.47		-.62	.54
Idade Mãe	.126	.81	-.15	-1.56	.12
Idade Pai	.10	.8	.01	.12	.91
Estrutura Familiar	-3.44	.4	-.62	-8.61	.00
Género do Filho	1.69	.81	.16	2.1	.04
Nível Socioeconómico	1.75	.57	.22	3.05	.00
COMPA Fator 1 (Expressão do Afeto e Apoio Emocional)	4.82	2.13	.29	2.26	.03
COMPA Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	-2.17	1.57	-.13	-1.39	.17
COMPA Fator 3 (Metacomunicação)	3.55	1.44	.23	2.46	.02
COMPA Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	-.81	1.25	-.07	-.65	.52
COMPA Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	-.89	1.30	-.08	-.68	.50

O modelo global mencionado na Tabela 17 explica 35.5% da variação total das respostas na dimensão *conflito* e é estatisticamente significativo ($Z(10,104)=5.17$ $p=.00$). Os dados da Tabela 18 permitem identificar valores β positivos na variável estrutura familiar ($\beta=.98$, $p=.00$), mostrando que esta contribui para valores mais elevados na dimensão conflito e valores β negativos no fator 1 ($\beta=-3.14$, $p=.02$) e 4 da escala COMPA-P ($\beta=-1.66$, $p=.04$), considerando que estes últimos contribuem para resultados inferiores nesta subescala. As variáveis estrutura familiar, e Fator 1 *Expressão do Afeto e Apoio Emocional* e Fator 4 *Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos* da escala COMPA-P são, assim, considerados preditores significativos da dimensão conflito. Deste modo, em famílias nucleares intactas verificam-se menores índices de conflito. Além disso, quanto menor a clareza na comunicação, a capacidade de resolução de problemas, de apoio verbal, afeto e empatia, bem como a partilha de problemas pessoais de pais para filhos, maior os níveis de conflito na relação de coparentalidade.

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Tabela 18

Coeficientes de regressão: VD conflito

Modelo 1	Coeficientes Não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	T	P
	B	Erro padrão	Beta		
(constante)	26.65	4.15		6.42	.00
Idade Mãe	.66	.52	.15	1.27	.21
Idade Pai	.24	.52	.05	.46	.65
Estrutura Familiar	.98	.26	.33	3.18	.00
Género do Filho	-.67	.52	-.11	-1.29	.20
Nível Socioeconómico	-.70	.37	-.16	-1.90	.06
COMPA Fator 1 (Expressão do Afeto e Apoio Emocional)	-3.14	1.37	-.35	-2.30	.02
COMPA Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	1.44	1	.16	1.43	.16
COMPA Fator 3 (Metacomunicação)	-1.19	.92	-.14	-1.29	.20
COMPA Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	-1.66	.81	-.25	-2.07	.04
COMPA Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	1.14	.83	.18	1.37	.17

Por fim, o modelo global exposto na Tabela 19 explica 32.3% da variação total de respostas na dimensão *triangulação* sendo assim considerado significativo ($Z(10,104)=4.48$, $p=00$). As variáveis estrutura familiar ($\beta=1.36$, $p=.00$) e nível socioeconómico ($\beta=-.71$, $p=.05$) são estatisticamente significativas, pelo que são consideradas preditores significativos da triangulação. Assim, em famílias nucleares intactas, comparativamente às restantes estruturas familiares, verificam-se menores índices de triangulação. No que concerne ao nível socioeconómico, quanto mais elevado o nível socioeconómico em que a família se inclui, menores os níveis de triangulação percebidos pelas mães.

Tabela 19*Coefficientes de regressão: VD triangulação*

Modelo 1	Coeficientes Não Estandardizados		Coeficientes Estandardizados	T	<i>p</i>
	B	Erro padrão	Beta		
(constante)	11.88	4.03		2.95	.00
Idade Mãe	.54	.5	.13	1.07	.29
Idade Pai	.47	.5	.11	.94	.35
Estrutura Familiar	1.36	.25	.48	5.46	.00
Género do Filho	-.63	.5	-.11	-1.25	.22
Nível Socioeconómico	-.71	.36	-.18	-2	.05
COMP A Fator 1 (Expressão do Afeto e Apoio Emocional)	-1.31	1.33	-.15	-.99	.33
COMP A Fator 2 (Disponibilidade Parental para a Comunicação)	1.12	.98	.13	1.15	.25
COMP A Fator 3 (Metacomunicação)	-1.49	.90	-.19	-1.66	.10
COMP A Fator 4 (Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos)	-.56	.78	-.09	-.71	.48
COMP A Fator 5 (Confiança/Partilha Comunicacional de Filhos para Progenitores)	.91	.81	.15	1.13	.26

V. Discussão

O principal objetivo do presente estudo prende-se com a análise do papel de variáveis sociodemográficas e familiares e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes. Neste sentido, seguidamente serão discutidos os resultados obtidos, de modo a perceber se vão no mesmo sentido dos estudos já realizados e/ou permitem formular novas hipóteses compreensivas sobre esta temática. Importa ainda mencionar que, por ser um estudo exploratório inserido num projeto mais lato, deve-se ter prudência na generalização dos resultados e das conclusões para a população geral.

Como referido, a coparentalidade tem sido um constructo de grande interesse na investigação familiar sistémica, pelo que é considerada fundamental nas intervenções ao nível da parentalidade, do funcionamento familiar e desenvolvimento dos filhos (Feinberg et al., 2012). Na literatura, a grande maioria dos estudos foca-se nas relações de coparentalidade e de conjugalidade, pelo que existe pouca informação acerca da influência das variáveis sociodemográficas e da comunicação parento-filial nas percepções de coparentalidade.

Na presente investigação (quando estudámos a relação direta entre as variáveis sociodemográficas e familiares e a coparentalidade) não foram verificadas diferenças a nível do *género do filho* nas percepções da coparentalidade, o que significa que perante a amostra estudada as respostas sobre a relação de cooperação, conflito e triangulação não dependem se o adolescente é do género feminino ou masculino, o que nos leva a concluir que as percepções de coparentalidade são encaradas de igual forma independentemente do género do filho. No entanto, Margolin e colaboradores (2001), verificaram que a dimensão triangulação pode ser influenciada pelo género quer de pais, quer dos filhos, evidenciando resultados elevados entre mães e filhos.

Relativamente às variáveis *idade do pai* e *da mãe*, não foram encontradas pesquisas anteriores que estudassem o seu impacto na coparentalidade, no entanto, considerámos que estas variáveis pudessem ser de grande importância devido às mudanças sociais que ocorreram ao longo do século XX, que influenciaram as estruturas familiares e as funções de cada elemento no sistema familiar (Cabrera et al., 2000). Neste sentido esperávamos que fossem obtidos níveis menos satisfatórios de coparentalidade em pais com idade mais avançada, comparativamente aos pais de idade menos avançada, supondo que os últimos de acordo com estas tendências sociais estariam mais envolvidos. No entanto, foi verificado que as idades dos pais não se associam aos domínios da coparentalidade. Este facto, associado à inexistência de literatura neste âmbito pode justificar que, contrariamente ao que esperávamos, a idade dos pais não condiciona as relações de coparentalidade.

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

No que diz respeito ao *nível socioeconómico*, constatou-se que famílias que se incluem num nível socioeconómico mais baixo apresentam piores perceções de cooperação, comparativamente às famílias dos níveis socioeconómicos médio e médio alto. Nas restantes dimensões da coparentalidade, o nível socioeconómico não se mostrou um contributo relevante para as perceções de conflito e triangulação. Alguns autores mencionam a influência do nível socioeconómico ao nível da parentalidade, averiguando uma tendência para o exercício de estilos parentais autoritários em contextos socioeconómicos mais baixos (Magnuson & Duncan, 2002). Contrariamente, as famílias que se incluem num nível socioeconómico mais elevado tendem a exercer padrões parentais mais democráticos (Conger et al., 1992).

Por fim, as diferentes *estruturas familiares* mostraram ter um impacto significativo a nível das três dimensões da coparentalidade, sendo que as mães pertencentes a famílias nucleares intactas revelaram níveis mais elevados de cooperação e as famílias monoparentais níveis mais baixos. As relações de conflito mostraram-se mais intensas nas famílias monoparentais e menos fortes nas famílias nucleares intactas. Estes aspetos poderão estar associados à dificuldade que os progenitores sentem em partilhar tarefas na ausência de um dos elementos do par parental (Alarcão, 2006), bem como ao exercício de uma coparentalidade paralela em situações de divórcio, onde os pais não comunicam acerca dos filhos e envolvem-se de forma descoordenada (Lamela et al., 2010). No que diz respeito à dimensão triangulação, esta relação constatou-se mais evidente nas famílias monoparentais e reconstituídas, comparativamente às nucleares intactas. Este aspeto é comprovado teoricamente, na medida em que nestas formas de família é comum que um dos elementos do par parental crie uma aliança com o filho contra o outro progenitor (Minuchin et al., 2009).

A comunicação parento-filial, como mencionado inicialmente, constitui uma dimensão fundamental a nível das dinâmicas e do funcionamento familiar (Segrin & Flora, 2005). Perante várias pesquisas anteriores, é influenciada por diversas variáveis sociodemográficas e familiares (Segrin & Flora, 2005; Carr, 2006, Portugal & Alberto, 2013).

No presente estudo, a variável *género do filho* apenas revelou que os padrões comunicacionais, nomeadamente na subescala *confiança/partilha comunicacional de filhos para progenitores*, parecem melhores entre mães e filhas, do que entre mães e filhos. Ou seja, adolescentes do género feminino conversam mais com as mães sobre os seus problemas, relacionamentos, amizades, comparativamente aos adolescentes do género masculino. Este resultado, considerando apenas a perceção das mães, poderá ser suportado com o estudo de Portugal e Alberto (2015) onde encontraram uma tendência para os rapazes confiarem mais nos pais-homens, contrariamente às adolescentes do género feminino que, apesar de não ser de forma estatisticamente significativa, o fazem preferencialmente com as mães. Contrariamente, Barnes e Olson (1985), não constataram diferenças significativas na forma como os pais descreviam a comunicação com os adolescentes do género masculino ou feminino.

Tal como se verificou perante a coparentalidade, a *idade dos pais* também não se mostrou impactante face às perceções da comunicação parento-filial, pelo que não se verificaram diferenças nos resultados em função das idades dos progenitores. A inexistência de literatura sobre esta variável poderá justificar a idade dos pais como pouco influente a nível dos padrões comunicacionais entre mães e filhos.

Na presente amostra, os diferentes *níveis socioeconómicos* não conduziram a resultados diferentes em termos de comunicação entre mães e filhos, pelo que se conclui que estes não têm influência nesta variável. No entanto, pesquisas anteriores refutam esta ideia, constatando que o nível socioeconómico influencia a comunicação parento-filial (Conger et al., 1992; Magnuson & Duncan, 2002; Portugal & Alberto, 2013). Conger e colaboradores (1992) constataram que famílias que se incluem num nível socioeconómico alto, tendem a perceber uma melhor comunicação com os filhos adolescentes, especificamente a nível da partilha e confiança de problemas por parte dos filhos, comparativamente às famílias que se enquadram nos níveis baixo ou médio. Anos mais tarde, Magnuson e Duncan (2002) também comprovaram que pais que pertencem a níveis socioeconómicos mais baixos tendem a recorrer a padrões comunicacionais mais autoritários. Mais recentemente, as autoras da escala COMPA verificaram que nas famílias de nível socioeconómico mais baixo há uma maior tendência para os pais partilharem os seus problemas com os seus filhos (Portugal & Alberto, 2013).

No que concerne à *estrutura familiar*, estudos anteriores (Dunn et al., 2001) constataram que em famílias reconstituídas os filhos estabelecem relações de menor confiança com os progenitores, comparativamente às famílias nucleares intactas. Neste sentido, face às particularidades de cada estrutura familiar, teoricamente parece haver um grande impacto a nível das relações familiares e da comunicação, pelo que esperávamos padrões comunicacionais diferentes em função das diferentes estruturas familiares. No entanto, apesar de serem corroborados pelo estudo de Portugal e Alberto (2013), os resultados surpreenderam-nos particularmente, na medida em que não diferenciaram em função das famílias em estudo serem nucleares intactas, monoparentais ou reconstituídas. Podemos apontar como possível justificação a heterogeneidade das subamostras que compõem esta variável (Família Nuclear Intacta n=73; Família Monoparental n=20 e Família Reconstituída n=12).

Para finalizar, de modo a verificar o papel das variáveis sociodemográficas e familiares e da comunicação parento-filial na coparentalidade, foram analisados globalmente três modelos de regressão múltipla para cada uma das dimensões da coparentalidade: cooperação, conflito e triangulação.

Para a variável dependente *cooperação* foram constatados como bons preditores desta relação o género do filho, o nível socioeconómico e duas dimensões da COMPA-P (Expressão do Afeto e Apoio Emocional; Metacomunicação). Margolin e colaboradores (2001) constataram que a cooperação pode ser influenciada pelo género dos filhos, pelo que corroboram a ideia desta variável como boa preditora desta dimensão. Com base nos resultados obtidos neste modelo e em

função dos estudos que revelam que o nível socioeconómico influencia o exercício da parentalidade (Magnuson & Duncan, 2002), podemos justificar o facto de esta variável ser considerada uma boa preditora da coparentalidade a nível da cooperação, pelo que se verificou que, quanto mais elevado o nível socioeconómico, maiores os níveis de cooperação na relação coparental.

No segundo modelo, cuja variável dependente era a dimensão *conflito*, foram encontrados como bons preditores as variáveis estrutura familiar e duas subescalas da COMPA-P (Expressão do Afeto e Apoio Emocional; Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos). Para perceber a estrutura familiar como variável preditora do conflito, podemos remeter para situações de divórcio, uma vez que esta situação poderá associar-se a maiores níveis de conflito parental, na medida em que pode motivar o exercício de uma parentalidade ausente de cooperação, comunicação e coordenação entre os dois elementos do par parental (Lamela et al., 2010).

Por fim, no modelo em que a variável dependente era a dimensão *triangulação*, verificaram-se como preditores deste constructo a estrutura familiar e o nível socioeconómico. Buchanan e colaboradores (1991), no seu estudo com famílias nucleares intactas e famílias pós-divórcio, verificaram que a triangulação está associada a dificuldades conjugais e familiares, comprovando assim o facto da estrutura familiar ser considerada um bom preditor da triangulação no modelo estudado. Como anteriormente referido, alguns estudos constatarem a influência do nível socioeconómico no exercício da parentalidade (Magnuson & Duncan, 2002), pelo que no presente estudo, se verificou que quanto maior o nível socioeconómico, menores os níveis de triangulação.

5.1. Implicações, Limitações do Estudo e Sugestões de Estudos Futuros

Como já foi mencionado ao longo deste estudo, a comunicação parento-filial tem-se revelado um fator muito importante a nível do exercício da parentalidade (Segrin & Flora, 2005) e a relação da coparentalidade crucial ao nível do funcionamento familiar (Feinberg et al., 2012). Neste sentido, consideramos que é fundamental que os profissionais conheçam as dinâmicas comunicacionais e parentais, a nível do exercício da parentalidade e coparentalidade, promovendo o desenvolvimento de competências comunicacionais e estilos parentais adequados, de modo a melhorarem as suas relações de coparentalidade, contribuir para o desenvolvimento saudável dos filhos, e assim, melhorar o funcionamento e a dinâmica familiar. De acordo com os resultados obtidos, surge uma maior necessidade de prestar atenção a determinados contextos específicos, nomeadamente estrutura familiar e nível socioeconómico, sendo que foram as variáveis com mais destaque neste estudo.

Esta investigação apresenta como principal limitação a dimensão da amostra, que poderá ter contribuído para resultados gerais pouco significativos. O elevado número de variáveis estudadas no modelo de regressão múltipla poderá também ser considerado uma limitação, na medida em que dificulta a capacidade de fazer predições. A baixa consistência da dimensão *Disponibilidade*

O papel de variáveis sociodemográficas e da comunicação entre mães e filhos nas percepções da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes

Parental para a Comunicação poderá também constituir uma limitação para o presente estudo. De referir que, devido à situação de pandemia vivida, grande parte da recolha da amostra foi realizada *online*, o que impossibilitou a adesão de um maior número de participantes, bem como o controlo das respostas. Ou seja, obtivemos respostas de pessoas que não cumpriam os critérios de seleção e vários protocolos que não foram concluídos e submetidos, o que inviabilizou a sua utilização para o estudo. A pouca adesão de pais-homens também poderá ser considerada uma limitação (com um total de apenas nove homens a responder decidimos excluí-los do presente estudo).

Relativamente a investigações futuras, será importante obter uma amostra de maior dimensão e maior equidade na distribuição por género dos respondentes. Dada a importância do envolvimento paterno a nível do funcionamento familiar, das relações parentais e do desenvolvimento individual de cada elemento do sistema, será importante, em estudos futuros, adotar outras estratégias para recrutar homens para a amostra (por exemplo, procurar trabalhadores fabris, recorrer a contextos de lazer, como o desporto, associações de pais) e, assim, estudar também a perspetiva do pai-homem em termos de coparentalidade.

VI. Conclusões

A presente investigação teve como principal objetivo obter uma melhor compreensão acerca do impacto de algumas variáveis sociodemográficas e familiares e, ainda, da comunicação parento-filial nas percepções da coparentalidade, bem como o seu possível efeito preditor. Os resultados obtidos permitiram-nos comprovar que algumas variáveis sociodemográficas e familiares, assim como alguns fatores da comunicação entre mães e filhos, predizem os valores das dimensões da coparentalidade (cooperação, conflito e triangulação). Deste modo verificou-se que mães de adolescentes do género feminino reportam maiores níveis de *cooperação*. O nível socioeconómico também se revelou um bom preditor da coparentalidade, sendo que quanto mais elevado o nível socioeconómico, maiores as percepções de *cooperação* e menores as percepções de *triangulação*. A nível da estrutura familiar constatou-se que nas famílias nucleares intactas percecionam menores níveis de *conflito* e de *triangulação*, comparativamente às restantes estruturas familiares estudadas. No que concerne aos fatores da comunicação parento-filial estudados, com base na escala COMPA-P, foi possível verificar a influência de três subescalas. Quanto maiores os valores obtidos na subescala *Expressão do Afeto e Apoio Emocional*, mais elevados os níveis de *cooperação* e menores os níveis de *conflito*. Relativamente ao valor preditor do Fator *Metacomunicação*, quanto maior os níveis nesta subescala, melhores as percepções de *cooperação*. Por fim, quanto menor a *Confiança/Partilha Comunicacional de Progenitores para Filhos*, maiores os índices de *conflito* percecionados.

Face a estes resultados obtidos, consideramos que os nossos objetivos foram cumpridos, sendo que parece ser importante continuar a explorar as características sociodemográficas e familiares da população portuguesa, bem como da comunicação parento-filial de modo a melhorar as percepções da coparentalidade. Concluímos, refletindo sobre uma implicação para a intervenção clínica pontuando que a forma como os pais se relacionam no que respeita ao seu papel parental (coparentalidade) é um aspeto fundamental para melhorar o exercício da parentalidade.

Bibliografia

- Alarcão, M. (2006). (Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica (3rd ed.). Quarteto.
- Allen, S., & Daly, K. (2007). The effects of father involvement: An updated research summary of the evidence. Centre for Families, Work & Well-Being.
- Barnes, H. L., & Olson, D. H. (1985). Parent-adolescent communication and the Circumplex model. *Child Development*, 56(2), 438-447. <https://doi.org/10.2307/1129732>
- Bentvenuto, A., & Venuti, P. (2019). From supporting to Co-parenting: The new roles of fathers. *Parenting*, 19(1-2), 30-33. <https://doi.org/10.1080/15295192.2019.1555423>
- Bonds, D. D., & Gondoli, D. M. (2007). Examining the process by which marital adjustment affects maternal warmth: The role of coparenting support as a mediator. *Journal of Family Psychology*, 21(2), 288-296. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.2.288>
- Buchanan, C. M., Maccoby, E. E., & Dornbusch, S. M. (1991). Caught between parents: Adolescents' experience in divorced homes. *Child Development*, 62(5), 1008-1029. <https://doi.org/10.2307/1131149>
- Cabrera, N. J., Tamis-LeMonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S., & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the Twenty-First Century. *Child Development*, 71(1), 127-136.
- Caldera, Y. M., & Lindsey, E. W. (2006). Coparenting, mother-infant interaction, and infant-parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 20(2), 275-283. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.2.275>
- Carr, A. (2006). *Family therapy: Concepts, process and practice* (2nd ed.). John Wiley & Sons.
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Simons, R. L., & Whitbeck, L. B. (1992). A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys. *Child Development*, 63(3), 526-541. <https://doi.org/10.2307/1131344>
- Dunn, J., Davies, L. C., O'Connor, T. G., & Sturgess, W. (2001). Family lives and friendships: The perspectives of children in step-, single-parent, and nonstep families. *Journal of Family Psychology*, 15(2), 272-287. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.2.272>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131. https://doi.org/10.1207/s15327922par0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of Coparenting. *Parenting*, 12(1), 1-21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Gable, S., Belsky, J., & Crnic, K. (1992). Marriage, parenting, and child development: Progress and prospects. *Journal of Family Psychology*, 5(3-4), 276-294. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.5.3-4.276>

- Jackson, S., Bijstra, J., Oostra, L., & Bosma, H. (1998). Adolescents' perceptions of communication with parents relative to specific aspects of relationships with parents and personal development. *Journal of Adolescence*, 21(3), 305-322. <https://doi.org/10.1006/jado.1998.0155>
- Jiménez, A. P., & Delgado, A. O. (2002). Comunicación y conflicto familiar durante la adolescencia. *Anales de Psicología*, 18(2), 215-231.
- Lamb, M. E. (2012). Mothers, fathers, families, and circumstances: Factors affecting children's adjustment. *Applied Developmental Science*, 16(2), 98-111. <https://doi.org/10.1080/10888691.2012.667344>
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25(3), 883-894. <https://doi.org/10.1093/icb/25.3.883>
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: Avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 334-344. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722010000200016>
- Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33(1), 159-174. <https://doi.org/10.2307/2529310>
- Lanz, M., Iafate, R., Rosnati, R., & Scabini, E. (1999). Parent-child communication and adolescent self-esteem in separated, intercountry adoptive and intact non-adoptive families. *Journal of Adolescence*, 22(6), 785-794. <https://doi.org/10.1006/jado.1999.0272>
- Maccoby, E. E., Buchanan, C. M., Mnookin, R. H., & Dornbusch, S. M. (1993). Postdivorce roles of mothers and fathers in the lives of their children. *Journal of Family Psychology*, 7(1), 24-38. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.7.1.24>
- Maccoby, E. E., Depner, C. E., & Mnookin, R. H. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family*, 52(1), 141-155. <https://doi.org/10.2307/352846>
- Magnuson, K. A., & Duncan, G. J. (2002). Parents in Poverty. In M. Bornstein (Ed), *Handbook of Parenting – Volume III. Social Conditions and Applied Parenting* (2nd Ed. pp. 95-122). London: Lawrence.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- McHale, J. P. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, 31(6), 985-996. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.6.985>
- McHale, J. P., & Rasmussen, J. L. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and Psychopathology*, 10(1), 39-59. <https://doi.org/10.1017/s0954579498001527>
- Minuchin, S., Rosman, B. L., & Baker, L. (2009). *Psychosomatic families: Anorexia nervosa in context*. Harvard University Press.

- Monteiro, L., Fernandes, M., Torres, N., & Santos, C. (2017). Father's involvement and parenting styles in Portuguese families. The role of education and working hours. *Análise Psicológica*, 35(4), 513-528. <https://doi.org/10.14417/ap.1451>
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using the SPSS* (2nd ed.). Allen & Unwin.
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: Análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Polivanova, K. (2018). Modern parenthood as a subject of research. *Russian Education & Society*, 60(4), 334-347. <https://doi.org/10.1080/10609393.2018.1473695>
- Portugal, A. M., & Alberto, I. M. (2013). Caracterização da comunicação entre progenitores E filhos Em idade escolar: Estudo com Uma amostra portuguesa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(4), 381-391. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722013000400004>
- Portugal, A. P., & Alberto, I. M. (2014). Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade (COMPA): Desenvolvimento e validação de uma medida da comunicação parento-filial. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 85-103. <https://doi.org/10.12804/apl32.1.2014.06>
- Portugal, A. P., & Alberto, I. M. (2015). Caracterização da comunicação entre progenitores e filhos adolescentes: Estudo das variáveis sociodemográficas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(5), 1389-1400. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015205.13222014>
- Ruiz, M. R., Holgado-Tello, F. P., & Carrasco, M. Á. (2017). The relationships between father involvement and parental acceptance on the psychological adjustment of children and adolescents: The moderating effects of clinical status. *Psychiatry Research*, 256, 88-95. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.06.022>
- Segrin, C., & Flora, J. (2005). *Family communication*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Tremblay, S., & Pierce, T. (2011). Perceptions of fatherhood: Longitudinal reciprocal associations within the couple. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 43(2), 99-110. <https://doi.org/10.1037/a0022635>
- Weaver, S. E., Umaña-Taylor, A. J., Hans, J. D., & Malia, S. E. (2001). Challenges family scholars may face in studying family diversity. *Journal of Family Issues*, 22(7), 922-939. <https://doi.org/10.1177/019251301022007007>
- Wilson, K. R., & Prior, M. R. (2011). Father involvement and child well-being. *Journal of Paediatrics and Child Health*, 47(7), 405-407. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1754.2010.01770.x>

Anexos
